Cúpula das Américas

» SACHA CALMON
Advogado

Após semanas de preparativos confusos, deu-se a 9ª Reunião de Cúpula das Américas, em Los Angeles. Na véspera da abertura, porém, ainda não havia certeza se o México seria representado por seu presidente, Andrés Manuel López Obrador. Também não havia certeza a respeito da representação de Cuba, Venezuela e Nicarágua. A sugestão, em maio, de que o governo americano não convidaria os três países para o encontro causou a reação de López Obrador, que ameaçou liderar um boicote.

Publicamente, às claras, Bolsonaro disse não confiar nas urnas. Na hora e na bucha, Biden, bem informado, disse confiar plenamente no sistema eleitoral do Brasil, um claro não ao projeto de Bolsonaro de se tornar ditador, alegando fraude eleitoral.

Diante disso, a porta-voz da Casa Branca, Jen Psaki, disse semanas atrás que a lista de convidados ainda "não estava fechada" — em meio a indicações de que emissários negociavam uma solução para o impasse com López Obrador.

O presidente do México ainda não tinha confirmado presença, assim como não havia definição sobre como Venezuela, Nicarágua e Cuba estariam representadas. "Ainda temos algumas considerações finais", disse, no fim de semana, o assessor especial do presidente Joe Biden, Juan González. Acrescentou que Washington vinha mantendo "conversas respeitosas e ativas com o México" sobre o tema. Essas questões foram superadas e a cúpula aconteceu, é o que importa.

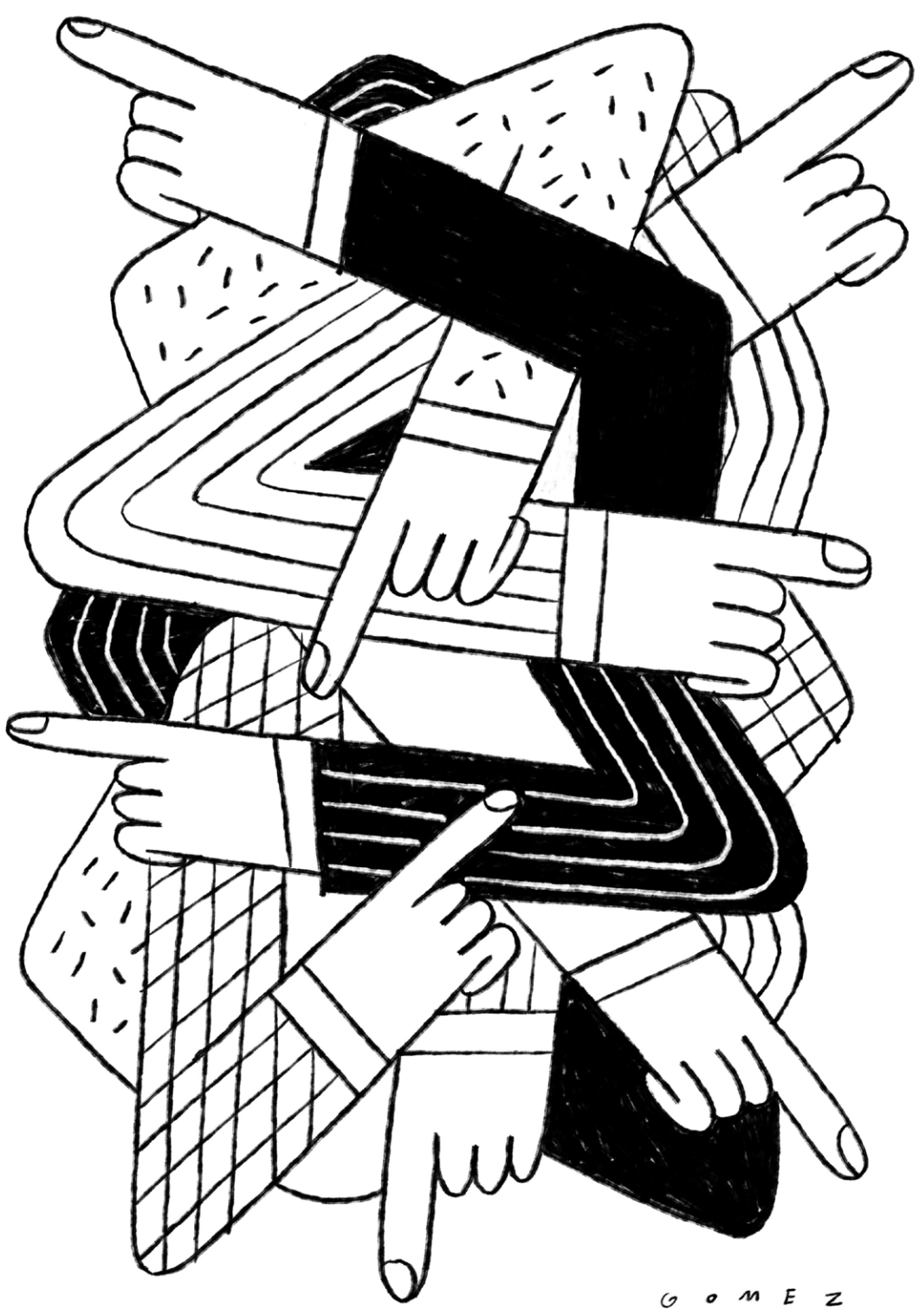
O líder boliviano, Luis Arce, por seu lado, confirmou não ir à cúpula. Mas foram o peruano Pedro Castillo e o chileno, Gabriel Boric. "Se querem fazer uma reunião entre amigos, fiquem livres para isso, mas não chamem de Cúpula das Américas", disse Arce, em uma mensagem enviada a Washington. Bolívia, Nicarágua e Venezuela se reuniram uma semana atrás em Cuba para uma "cúpula paralela" da Aliança Bolivariana para as Américas (Alba).

Na avaliação de analistas, as confusões e controvérsias ameaçam os objetivos da Casa Branca. "O encontro devia mostrar a medida do compromisso dos Estados Unidos com a América Latina nos próximos anos", disse Benjamin Gedan, ex-funcionário da Casa Branca e diretor interino do programa da América Latina do Wilson Center, para o *The Washington Post*. Se a Casa Branca não der passos concretos para se tornar um substituto viável para a crescente influência da China, o impacto será devastador para a posição dos Estados Unidos na região, analisou Gebran. "Este é o momento claro de oferecer essa alternativa", declarou.

Durante a preparação e em meio ao risco de esvaziamento da cúpula, o governo Biden anunciou medidas que aliviam o embargo contra Cuba — como o retorno de voos diretos dos EUA para a ilha — e o relaxamento de sanções ao setor de petróleo da Venezuela. As decisões foram vistas como um aceno ao México, para evitar o boicote à cúpula de Los Angeles.

"Está na hora de os Estados Unidos realmente colocarem um pouco de ação nas promessas que fazem vagamente à região", disse Rebecca Bill Chavez, diretora do grupo de reflexão Inter-American Dialogue, de Washington, ao *Financial Times*: "É uma oportunidade realmente crítica para o governo dos Estados Unidos, havia muitas expectativas quando Biden assumiu a presidência de que haveria mais prioridade para a região como um todo".

"Grande parte dos latino-americanos critica o que se considera descaso de Biden com a região e ele deve ter concluído que manter as políticas de Donald Trump não o favorece entre a população de origem latina, num ano de eleições legislativas", afirmou Peter Hakim, também acadêmico do Inter-American Dialogue. E foi neste contexto de ampliar a atenção para a América Latina que Washington convidou especialmente para reuniões bilaterais o presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, que até então também não tinha confirmado a presença, e o argentino, Alberto Fernández, que visitará Washington após o encerramento da Cúpula das Américas.



Os principais temas da cúpula também atraíram críticas, com a abordagem de assuntos recorrentes, como imigração e democracia. Será provavelmente mais uma oportunidade perdida com os latino-americanos falando sobre Cuba e Venezuela e os Estados Unidos concentrados de novo em migração", disse o vice-presidente da Americas Society e do Council of the Americas, Eric Farnsworth: "Seria um momento muito oportuno para avançar nas questões climáticas, normalmente ausentes das discussões no Hemisfério, em busca de desenvolvimento de tecnologia, bens e serviços de energia limpa", afirmou.

Está na hora de os Estados Unidos ajudarem os latinos ao revés de explorá-los. Um "Plano Marshal" para a América Latina ajudaria a aliviar a dívida americana para com os povos da região, como fez com a Alemanha, na Europa, e na Ásia, com o Japão, seus inimigos na Segunda Guerra Mundial. Aos Estados Unidos não cabe mais o papel de "tutor" dos países latinos americanos! Deve ser parceiro.

Violência na política

» ALMIR PAZZIANOTTO PINTO
Advogado, foi presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST)

O Brasil está longe de ser cordial, tranquilo e pacífico. A nossa história está recheada de violência, que começa nos primeiros anos de colonização portuguesa, com a captura e morte de indígenas, incapazes de se defenderem de espadas, bacamartes e arcabuzes dos invasores. Deixemos, porém, para trás o período colonial e o Império. Neste breve texto, tratarei de registrar alguns rumorosos crimes políticos, cometidos após a Proclamação da República.

Em 5/11/1897, o primeiro presidente civil, Prudente de Morais, foi alvo de atentado no Arsenal de Guerra, quando recebia as tropas que regressavam da Campanha de Canudo. Armado com garrucha e punhal, o soldado Marcelino Bispo tentou matá-lo. A garrucha apenas pipocou, mas o punhal atingiu e matou o Marechal Carlos Machado Bittencourt, que se colocou à frente do presidente para protegê-lo. Preso e encarcerado, Marcelino Bispo enforcou-se algum tempo depois.

O senador Pinheiro Machado, um dos principais líderes políticos sul-rio-grandense do início do século passado, foi assassinado pelo padeiro desempregado Manso de Paiva, no saguão do Hotel dos Estrangeiros, no Rio de Janeiro, em 8/9/1915. Estava acompanhado pelos deputados federais Cardoso de Almeida e Bueno de Andrade, ao ser atingido pelas costas. Suas últimas palavras foram: "Canalhas. Apunhalaram-me". Preso e condenado, ficou encarcerado 20 anos, sendo indultado por Getúlio Vargas em 1935.

O assassinato do governador da Paraíba, João Pessoa, no dia 26/7/1930, pelo desafeto e adversário político João Dantas, foi crime em defesa da honra, mas serviu como estopim para a Revolução de 12 de outubro.

Dando longo salto no tempo, chegamos a 5/8/1954, quando, ao retornar à residência na Rua Tonelero, RJ, o jornalista Carlos Lacerda foi alvejado a tiros por Climério Alves dos Santos, membro da guarda-pessoal de Getúlio Vargas, comandada por Gregório Fortunato. Um dos projéteis atingiu o major-aviador Rubens Vaz, que acompanhava Lacerda. Os fatos são conhecidos e culminaram com o suicídio de Getúlio em 24/8/1954.

Crimes políticos aconteceram ao longo do Regime Militar (1964-1985). Deixo de comentá-los. Atos de violência, cometidos por ambos os lados, foram objeto de anistia pela Lei nº 6.683/1979, da iniciativa do presidente João Figueiredo. O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), à Constituição de 1988, impôs perpétuo silêncio sobre os autores e as responsabilidades. Analisem-se os artigos 8º e 9º. Seria péssimo para o Brasil manter sangrando, após tantos anos, as chagas abertas pela ditadura militar e os opositores participantes da luta armada.

Crime de intensa repercussão nacional foi cometido pelo governador da Paraíba Ronaldo Cunha Lima, em 5/11/1993. Durante almoço em restaurante no centro de João Pessoa, o ex-governador Tarcísio Buriti recebeu tiros no rosto disparados pelo governador. Para se justificar, alegou ter agido em defesa do filho Cássio Cunha Lima, acusado por Buriti de desvio de dinheiro quando presidente da Sudene. Servindo-se de manobras processuais, Ronaldo Cunha Lima jamais foi submetido a julgamento. Criminoso e vítima já são falecidos. Devem ser lembrados a misteriosa morte do prefeito Celso Daniel de Santo André, o duplo homicídio da então vereadora Marielle Franco e do motoristas Anderson Gomes, a punhalada desferida por Adélio Bispo de Oliveira no candidato Jair Bolsonaro, na campanha de 2018.

O assassinato do petista Marcelo Arruda pelo bolsonarista Jorge José da Rocha Guaranho pode não ter sido, mas tem toda aparência de crime com motivação política. Se não vier a ser esclarecido de maneira rápida e convincente, poderá contribuir para elevar a temperatura da campanha presidencial.

Não é admissível que democráticas disputas eleitorais deságuem em conflitos armados. Pertence ao passado o costume de degolar adversários, prática cruel entre federalistas (maragatos) e republicanos (chimangos ou pica-paus) na Revolução Federalista que ensanguentou o Rio Grande do Sul no final do século 19.

A defesa da ordem pública é responsabilidade do presidente Jair Bolsonaro, do ministro da Justiça, Anderson Gustavo Torres, dos governadores de Estados e respectivos secretários de Segurança da Segurança. O Brasil não retrocederá à barbárie, com o predomínio das armas sobre a lei. As eleições se aproximam. Bolsonaristas, lulistas, emedebistas, tucanos, socialistas, comunistas, sem exceção, devem obediência à Constituição e às leis da República.

A saúde mental bate à porta da escola

» MÔNICA C. ANDRADE WEINSTEIN
Co-fundadora e Vice-presidente de Pesquisa, Desenvolvimento e Impacto no Alicerce Educação

A Organização Mundial da Saúde (OMS) divulgou, em 17 de junho último, sua maior revisão da saúde mental mundial desde a virada do século. O trabalho detalhado fornece um plano para governos, acadêmicos, profissionais de saúde, sociedade civil e outros com a ambição de apoiar o mundo na transformação da saúde mental.

De acordo com o mesmo documento da OMS, em 2019, quase um bilhão de pessoas — incluindo 14% dos adolescentes do mundo — viviam com um transtorno mental. O suicídio foi responsável por mais de uma em cada 100 mortes, e 58% dos suicídios ocorreram antes dos 50 anos. Pessoas com condições graves de saúde mental morrem em média 10 a 20 anos mais cedo do que a população em geral, principalmente devido a doenças físicas evitáveis. O abuso sexual infantil e a vitimização por bullying são as principais causas da depressão.

Desigualdades sociais e econômicas, emergências de saúde pública, guerra e crise climática estão entre as ameaças estruturais globais à saúde mental. Além disso, segundo a Global Learning Survey 2022, pesquisa encomendada pela Pearson em diversos países, inclusive o Brasil, a depressão e a ansiedade aumentaram mais de 25% apenas no primeiro ano da pandemia.

A percepção de que existe necessidade de as escolas não apenas abordarem, mas priorizarem a saúde mental está crescendo. A Global Learning Survey 2022 revelou que no Brasil 96% dos pais gostariam que as escolas fornecessem serviços de saúde mental gratuito aos estudantes, porém, somente 19% das escolas mencionadas pelos pais possuem este recurso. Globalmente, os índices ficam em 92% e 26%, respectivamente. Além disso, 67% dos brasileiros acreditam que as crianças deveriam ser introduzidas a programas e recursos de bem-estar e saúde mental desde os primeiros anos de vida escolar.

Um estudo publicado em maio deste ano, pelo governo americano e conduzido pela consultoria independente Institute of Education Science, indicou que, desde o advento da covid-19, 70% das escolas viram um aumento no número de alunos que procuram tratamento de saúde mental. Apesar de a associação entre a saúde mental e o desempenho acadêmico estar cada vez mais difundida, e de existir enorme demanda reprimida por tratamento, ainda há escassez de programas de saúde mental para escolares. Em alguns países, como Reino Unido e Canadá, a organização integrada dos sistemas públicos de saúde e de educação levou à implantação de serviços de saúde mental dentro das escolas. Nesses locais, a abordagem integrada entre educadores e profissionais da saúde mental tem permitido a resolução de problemas menos complicados dentro da própria escola, reduzindo a demanda por serviços especializados.

No Brasil, tradicionalmente, serviços de saúde mental não são prestados dentro das unidades escolares. Esse é um debate bastante complexo, sobretudo se considerarmos que o desenvolvimento integral saudável requer a integração de serviços de educação, saúde e assistência social. Talvez, mais importante do que a pauta de onde esse serviço estará disponível, é o tópico de como e quando ele poderá ser acessado.

É urgente pautarmos a discussão sobre como estenderemos serviços de saúde mental para os estudantes e professores brasileiros. Se queremos que as escolas formem cidadãos empáticos com uma motivação intrínseca para defender a paz e a democracia, precisamos oferecer as condições básicas para seu desenvolvimento integral saudável.